

3 de Dezembro

08h30 | 10h00 – Sala 3

Glaucoma, Geral | Glaucoma, General

Moderadores | Chairs: Paula Tenedório (HPH), Mariana Cardoso (HVFX), Isabel Sampaio (CHUPorto)

CO 117

ADEQUAÇÃO DOS PEDIDOS DE PRIMEIRA CONSULTA DE OFTALMOLOGIA

Mário Lima-Fontes¹, Tomás Ribau-Bragança², Fernando Falcão-Reis¹, João Barbosa-Breda¹

(¹Centro Hospitalar Universitário de São João, ²Faculdade de Medicina da Universidade do Porto)

No Sistema Nacional de Saúde Português, a Medicina Geral e Familiar (MGF) é habitualmente o primeiro contacto médico do doente, ao nível dos cuidados de saúde primários, e a porta para a referência a outras especialidades médicas e cirúrgicas. Este processo de referência é complexo e suscetível a uma grande variabilidade, pela ausência frequente de linhas orientadores que o guiem. Assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a referência feita pelos médicos de MGF para Oftalmologia, relativamente à concordância entre a prioridade do pedido e o quadro clínico apresentado, e entre o quadro clínico referido no pedido P1 e o encontrado na consulta.

Neste estudo observacional transversal foram analisados os registos clínicos eletrónicos de 1.500 primeiras consultas, selecionadas de forma aleatória, do Serviço de Oftalmologia do Centro Hospitalar Universitário do São João, e os seus respetivos pedidos P1, de um total de 9340 primeiras consultas realizadas em 2019, e recolhida informação sobre a prioridade do pedido, motivo da consulta, sintomas, sinais, diagnósticos e orientação clínica dada pelo oftalmologista.

Não se identificou nenhum fator preditor do tipo de prioridade dado ao pedido P1, nomeadamente no que diz respeito aos sinais e sintomas do doente ou diagnóstico suscitado pelo médico de MGF. Também se observou uma falta de concordância generalizada entre os sinais e sintomas referidos no pedido P1 e os identificados na consulta.

Este trabalho reforça a necessidade da criação de protocolos objetivos que auxiliem os médicos de MGF na tomada de decisão aquando da referência para Oftalmologia, no que diz respeito à prioridade dos pedidos, assim como ao destino da referência (Consulta Externa ou Serviço de Urgência), por forma a tornar todo o processo mais custo-eficaz, maximizar os recursos disponíveis e garantir a satisfação e orientação atempada do utente.